



Principais linhas de força do 15.º Congresso Nacional da Contratação Pública

14 de novembro de 2024 | Universidade Lusíada, Lisboa

I. Antecedentes e objetivos

O Congresso Nacional da Contratação Pública, organizado pela APMEP em parceria com o OPET, demarca-se no panorama nacional da contratação pública como um evento multidisciplinar que procura, anualmente, debater os mais recentes e relevantes temas relacionados com os mercados públicos.

Sob o mote “*contratação pública: planejar, avaliar, concretizar*”, e por forma a integrar os assuntos mais relevantes da atualidade, a sua 15.ª edição organizou-se em quatro painéis: i) planeamento e preparação dos procedimentos de contratação pública: da proclamação à concretização; ii) avaliar para a sustentabilidade; iii) contratação pública de soluções de Tecnologias de Informação: questões atuais; e iv) alguns desafios atuais na contratação e realização de obras públicas. Na sessão de encerramento, fez-se um balanço dos 15 anos de atividade da APMEP, e o evento terminou com a intervenção de Sua Exa., o Ministro da Presidência, Doutor António Leitão Amaro.

II. Principais conclusões

Ao longo das diversas sessões, houve debate muito participado, num diálogo proveitoso entre oradores e participantes.

Assumiu-se a importância de suportar a contratação em consolidados procedimentos de gestão e planeamento, alinhando-se os requisitos dos projetos e contratos com os requisitos da organização. Neste primeiro painel, a experiência prática aliou-se ao conhecimento teórico, tendo-se concluído pela importância de um planeamento atempado e tendo-se igualmente constatado que esse planeamento por vezes é feito, sem prejuízo de terem sido notados constrangimentos à sua efectividade, em especial no que toca às autorizações e validações necessárias em matéria de despesa pública e à capacitação e qualificação do pessoal das entidades adjudicantes. A lei também



coloca, por vezes, alguns desafios, mas por diversas vezes os oradores e participantes convergiram na ideia de que não é o quadro legal que constitui a principal dificuldade na contratação pública.

Abordaram-se, seguidamente, os desafios da sustentabilidade, através da partilha de boas práticas e da apresentação de novidades, como a resolução ECO 360 e o seu plano de ação. Foi referido que a sustentabilidade não se resume à ecologia: critérios sociais e económicos também integram estas preocupações. Há, até, medidas que, simultaneamente, se alinham com estes três pilares. Foi defendido que esta será, a muito breve trecho, a principal forma de adjudicação; por outras palavras, a adjudicação pelo mais baixo preço não será – nem deverá ser – a regra no âmbito da contratação pública (em linha, designadamente, com as políticas europeias). Também se recordou que produto local nem sempre é sinónimo de sustentabilidade; soluções simplistas e aparentemente ecológicas devem ser integradas e refletidas de um prisma macro, pois há diversos outros fatores (“*from cradle to grave*” – ou seja, durante o ciclo de vida do produto) a ter em conta.

Debateu-se a importância da Inteligência Artificial e da inovação para a melhoria da contratação pública, gerando melhores e mais eficientes soluções. Neste terceiro painel, sublinhou-se a importância de saber contratar o desenvolvimento destas novas tecnologias, sem deixar de atender aos desafios da sua utilização. Foi dito que problemas eventuais de litigância contratual podem ser resolvidos com especificações do caderno de encargos (por exemplo, relacionadas com a titularidade dos direitos de autor). Foram dadas diversas sugestões de melhoria para toda a cadeia de valor destes processos - das consultas ao lançamento de procedimentos, passando pela definição e revisão de preços e pelos critérios de adjudicação, com vista a melhorar a profissionalização e transparência. Incentivos à testagem de soluções tecnológicas; maior modernização no planeamento nas compras públicas; menos exigências desnecessárias no processo de contratação e agilização de prazos foram identificadas como formas adequadas de potenciar a inovação na contratação pública.

Discutiram-se os desafios da contratação no setor da construção, abordando-se potenciais soluções. A este propósito, foi sublinhada a fragilidade do setor da construção



em Portugal, nos últimos anos, tendo diversos intervenientes reivindicado soluções legislativas mais adequadas a esta indústria.

Foi referida, em praticamente todos os painéis, a importância da profissionalização do comprador público, com destaque para as autarquias locais.

III. Conclusão

O Congresso terminou com a intervenção de Sua Excelência, o Ministro da Presidência, Doutor António Leitão Amaro, que foi recebido pelo Presidente da Comissão Diretiva da APMEP, Prof. Doutor Miguel Assis Raimundo, e que apresentou as principais perspetivas e linhas de ação do atual governo sobre a contratação pública, manifestando no final uma solicitação à APMEP e a todos os intervenientes e entidades representadas no Congresso que lhe fossem apresentadas as conclusões do Congresso e quaisquer propostas que possam contribuir para a melhoria do sector, de modo a poder colher o apoio a ações necessárias, tendo em vista a melhoria das políticas de contratação pública em Portugal.

Com início às 9h30, os trabalhos terminaram por volta das 19h15.

Prof. Doutor Miguel Assis Raimundo
Lisboa, novembro de 2024